

**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH**  
**ATA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERH**

<b>Data:</b> 28/09/2022	<b>Local:</b> Auditório SEAMA/SETADES
<b>Início:</b> 14h	<b>Término:</b> 16h30min
<b>Pauta:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Verificação de quórum e abertura da sessão;</li><li>2. Aprovação da Ata da última reunião;</li><li>3. Análise e Deliberação do instrumento do CBH Santa Maria do Rio Doce, que estabelece que todas as derivações, captações de recursos hídricos superficiais, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, são usos considerados significantes na Bacia do Rio Santa Maria do Doce e dá outras providências - Deliberação nº 01/2020. <b>Processo E-DOCS 2021-0Z306 - Requerente: CBH SANTA MARIA DO DOCE;</b></li><li>4. Análise e Deliberação da solicitação contida no OFÍCIO/AGERH/DP/Nº 41/2022, quanto a dilatação do prazo para publicação da Instrução Normativa referente aos procedimentos para Regularização dos Usos de Água Subterrânea. <b>Processo E-DOCS 2022-CKSZ8 - Requerente: AGERH;</b></li><li>5. Apresentação referente aos Projetos aprovados pelo Conselho Gestor - FUNDÁGUA para aplicação de recursos da subconta de Recursos Hídricos. <b>Processo E-DOCS 2021-99BQB. Requerente: ONG JUNTOS SOS ES Ambiental;</b></li><li>6. Assuntos Gerais;</li><li>7. Encerramento.</li></ol>	

1 **MEMBROS PRESENTES:**

- 2 • Conselheiro Titular - Fabio Ahnert (**SEAMA**)
- 3 • Conselheiro Titular - Ligia Damasceno de Lima (**SEDURB**)
- 4 • Conselheira Titular - Jaqueline Graziela Malacarne (**SECTIDES**)
- 5 • Conselheira Suplente - Drielle Seibert de Mello (**SECTIDES**)
- 6 • Conselheiro Titular - Roberto da Costa Laperriere Junior (**SESA**)
- 7 • Conselheiro Suplente - Carlos Roberto Brandão Locatelli (**SESA**)
- 8 • Conselheiro Suplente - Celso Alberto Saibel Santos (**FAPES**)
- 9 • Conselheiro Titular - Kleilson Martins Rezende (**FOSEMAG**)
- 10 • Conselheiro Titular - Bernardo Enner Corrêa Silva (**FINDES**)
- 11 • Conselheiro Titular - André Luiz Sefione (**CESAN**)
- 12 • Conselheira Suplente - Vanuza Pratti Cristelo (**CESAN**)
- 13 • Conselheiro Titular - Jorge Vilchez Guerrero (**EDP- Espírito Santo**)
- 14 • Conselheiro Suplente - José Luís Delai Junior (**EDP- Espírito Santo**)
- 15 • Conselheiro Titular - Thiago Luiz Orletti (**ASSIPES**)
- 16 • Conselheiro Titular - André Luiz Labanca Rosas (**FECOMÉRCIO**)
- 17 • Conselheiro Titular - Victor Athayde Silva (**SINDIROCHAS**)
- 18 • Conselheiro Titular - Weber Alves da Rocha (**ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA FORÇA VERDE**)



- 19 • Conselheira Titular - Bruna Machado Tose (**AMIGOS DA JUSTIÇA**)
- 20 • Conselheira Titular - Maria Helena Alves (**ABES**)
- 21 • Conselheira Suplente - Nadja Lima Gorza (**ABES**)
- 22 • Conselheiro Titular - Soliane Oliveira Souza (**CBH ITAÚNAS**)

23 **CONVIDADOS:**

- 24 • José Carlos Loss Junior - CBH Santa Maria Doce
- 25 • Bruno Golfetto - Gotais
- 26 • Sílvia Batista Soares - Servidora da AGERH
- 27 • Antonio de Oliveira Junior - Servidor da AGERH

28 **SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO:**

- 29 • Cintia Cândido Matias Laures (Secretária Executiva)
- 30 • Lyzia Pretti Farias (Coordenadora Jurídica)
- 31 • Juliana Reis (Coordenadora Técnica)

32 **PONTO I - VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM E ABERTURA DA SESSÃO;**

33 A Secretária Executiva Sr.<sup>a</sup> Cintia Laures saúda os Senhores Conselheiros, apresenta a equipe da  
34 Secretaria Executiva do CERH e informa a existência de quórum com 16 (dezesseis) instituições  
35 presentes, e convida o Sr. Fabio Ahnert/Presidente da AGERH e representante da SEAMA para presidir  
36 esta reunião, o qual cumprimenta a todos e passa para o próximo ponto de pauta.

37 **PONTO II - APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO;**

38 O Presidente da Reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio Ahnert submete a ata à aprovação dos  
39 Conselheiros presentes, a qual é aprovada por unanimidade e passa para o próximo ponto de pauta.

40 **PONTO III - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DO INSTRUMENTO DO CBH SANTA MARIA DO RIO DOCE, QUE**  
41 **ESTABELECE QUE TODAS AS DERIVAÇÕES, CAPTAÇÕES DE RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS,**  
42 **LANÇAMENTOS DE EFLUENTES EM CORPOS DE ÁGUA E ACUMULAÇÕES DE VOLUMES DE ÁGUA DE**  
43 **POUCA EXPRESSÃO, SÃO USOS CONSIDERADOS SIGNIFICANTES NA BACIA DO RIO SANTA MARIA**  
44 **DO DOCE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS - DELIBERAÇÃO Nº 01/2020. PROCESSO E-DOCS 2021-0Z306**  
45 **- REQUERENTE: CBH SANTA MARIA DO DOCE;**

46 O Presidente da reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio Ahnert abre o tema, fornecendo breve  
47 apresentação e alguns esclarecimentos acerca do tema, e convida o Sr. José Carlos Loss Junior,  
48 representante do CBH Sta. M<sup>a</sup> Doce, para fazer a apresentação da Deliberação nº 01/2020. Ele diz  
49 que o que justifica a proposta do CBH é que a bacia do rio Santa Maria do Doce é uma bacia com  
50 pouquíssima disponibilidade hídrica, que já está com balanço hídrico negativo e a distribuição  
51 fundiária é a de pequenos agricultores, com muitas captações insignificantes, a princípio, mas que  
52 quando somadas impactam demasiadamente nas vazões dos rios, inviabilizando o trabalho em  
53 relação aos instrumentos de gestão, tanto pelo CBH quanto pela AGERH e que, por meio da  
54 Deliberação, todas as captações serão consideradas significantes, de modo a conseguir, realmente,  
55 ter as outorgas compatibilizadas com as vazões disponíveis nos cursos de água da bacia. Ele conclui  
56 sua fala convidando o Sr. Antonio de Oliveira Junior, da equipe técnica da AGERH, para complementar  
57 as informações do ponto de vista técnico, e informa que ele, juntamente com a Sr.<sup>a</sup> Ananda Coutinho,  
58 acompanharam diretamente as ações no CBH e deram muito suporte na elaboração desta  
59 Deliberação. O servidor da AGERH Sr. Antonio de Oliveira Junior toma a palavra e afirma que, no  
60 tocante ao assunto tratado, existem dois aspectos básicos a serem considerados: o primeiro está  
61 relacionado ao histórico de uso de água e ao entendimento do órgão gestor sobre a disponibilidade  
62 de água nesta bacia, uma vez que a mesma tem um dos maiores históricos de conflito por alta



63 densidade de uso de água e então ele comenta que elaboraram uma Nota Técnica, contrastando o  
64 cadastro de usuários existente desde 2005, quando foi implantado o instrumento de outorga, e a  
65 disponibilidade hídrica estimada, que é a ferramenta técnica que o órgão gestor tem para fazer o  
66 balanço hídrico e que, a partir desse comparativo, se pode perceber que em praticamente 70 a 75%  
67 da região hidrográfica que contém as bacias do rio Santa Maria do Doce tem-se vazões iguais ou  
68 inferiores a 15 litros por segundo, a chamada Q90. Acrescenta que o cadastro foi espacializado e que  
69 foi feito o balanço hídrico para o CBH conhecer, e percebeu-se que não há usos de pouca expressão  
70 se comparados à disponibilidade hídrica existente, e então foi sugerido submeter todos os usos a um  
71 critério um pouco mais complexo, ao uso racional, como é o próprio rito de outorga. Ele ainda  
72 esclarece que o segundo aspecto é administrativo, de que cabe ao CERH, na ausência dos CBHs ou  
73 dos seus planos de bacia, deliberar sobre os usos de pouca expressão e arbitrar sobre a dispensa de  
74 outorga ou não, em nível estadual, e também explica que os CBHs têm vindo revisar essa dispensa,  
75 mas a revisão de que trata a Nota Técnica do órgão gestor praticamente extingue a possibilidade de  
76 dispensa, ou seja, todos devem se submeter à outorga e, neste caso, o CERH tem que, por  
77 competência e atribuição, aprovar sobre as revisões de usos considerados insignificantes. Ele opina  
78 que essa aprovação pelo CERH não é propriamente sobre a matéria que o Comitê enviou, mas sobre  
79 se o subsídio técnico e a fundamentação trazida à CTER está correta e se existe algum  
80 questionamento, e o órgão gestor está presente para subsidiar essa discussão. Em seguida, o  
81 Presidente da reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio Ahnert passa a palavra para a relatora da  
82 CTER, a Sr.<sup>a</sup> Maria Helena Alves/ABES, para fazer a apresentação da análise da Deliberação no âmbito  
83 da CT. Ela esclarece que na última reunião foi colocado em votação o pleito do CBH Santa Maria do  
84 Doce e foi aprovado por unanimidade, e ela acredita que todos da área de gestão de recursos hídricos  
85 estão com muito interesse de acompanhar o processo a ser desencadeado com esta decisão do CBH,  
86 e que foi este o norte na CTER, pois eles conhecem a realidade dessa bacia, uma região com pequenas  
87 propriedades familiares em que não se tem água para todo mundo, e na crise hídrica experimenta o  
88 reflexo dessa situação de escassez, ficando muito difícil tratar ali como uso insignificante, pois é um  
89 desafio administrar a atual situação dessa bacia, onde cerca de 90% dos usuários são considerados  
90 insignificantes, ou seja desconsiderados no balanço hídrico. Ela ainda relata que a CTER vê com  
91 grande expectativa o trabalho da AGERH, que tem ciência de que será grande, e que a ideia é  
92 administrar o Santa Maria do Doce como um laboratório, para ver como irá funcionar a implantação  
93 deste novo critério, onde todos conhecerão de fato a demanda da bacia, por meio da solicitação de  
94 outorga, e se conhecer realmente a demanda para administrá-la, pode ser um trabalho enorme para  
95 AGERH, mas a contrapartida será um aprendizado muito grande que poderá futuramente ser  
96 replicado em outros comitês de bacia e situações semelhantes e que ela considera louvável que a  
97 proposta tenha partido do comitê de bacia. Ela esclarece ainda que por todas as razões discutidas na  
98 CTER, essa proposta do CBH Sta Maria do Doce foi aprovada por unanimidade nessa CT. A Secretária  
99 Executiva do CERH Sr.<sup>a</sup> Cintia Laures complementa a fala da relatora da CTER, e diz que a Deliberação  
100 do CBH também já passou pela CTIL, a qual também a aprovou por unanimidade, onde eles  
101 acordaram que bastaria a relatoria da CTER para apresentar a matéria no CERH, e que por isso não  
102 há um relator na CTIL. Em seguida, é passada a palavra para o Sr. José Carlos Loss Junior, que agradece  
103 os trabalhos das Câmaras Técnicas, e diz que os próximos passos que estão sendo trabalhados ligados  
104 a esta solicitação são as captações em aluvião, com a situação de captação insignificante, pois a bacia  
105 do Santa Maria do Doce não tem aquífero que justifique captação ou aquífero que pertença a mais  
106 de uma bacia hidrográfica, e afirma que toda a utilização do aluvião para captação de água irá  
107 impactar na vazão do curso de água, então eles pretendem dar mais um passo, acompanhando as  
108 captações nos poços freáticos, pois elas tiram água um pouco antes de chegar na nascente. O  
109 Presidente da reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio Ahnert corrobora a fala do servidor da  
110 AGERH e esclarece que no caso de aprovada essa Deliberação pelo plenário, todo o uso da água da  
111 bacia do rio Santa Maria do Doce passará a ser sujeito a um controle mais rigoroso em termos de  
112 balanço hídrico, caminhando para uma linha de mais segurança, para tentar harmonizar melhor a  
113 relação disponibilidade x demanda dessa sub bacia, a qual está sempre em uma região crítica. O Sr.  
114 Kleilson Rezende/ FOSEMAG comenta sobre a questão da captação para uso humano e animal, que  
115 será também significativa para a questão das outorgas, e essa preocupação será refletida no futuro,

116 quando for implementada a cobrança do uso da água, e ele opina que agora poderá haver mais uma  
117 barreira para se implementar a cobrança. O Presidente da reunião e representante da SEAMA Sr.  
118 Fabio Ahnert diz que o próprio processo de cobrança deve passar por deliberação do CBH que é onde  
119 se pode decidir que o pequeno agricultor fique de fora da cobrança, ou seja, outorga e cobrança não  
120 é necessariamente uma relação imediata de causa e efeito, e o CBH terá autonomia para discutir isso,  
121 inclusive de isentar o agricultor familiar. Ele afirma ainda que o principal fórum de decisão para essas  
122 questões é o comitê de bacia e é importante abrir essa discussão com a sociedade para explicar se  
123 isso vai ou não gerar incidência de cobrança no setor de agricultura. O Sr. Bernardo Silva / FINDES  
124 questiona quanto à operacionalização da outorga nessa área a partir de aprovada a deliberação,  
125 sobre como a AGERH pensa que dar-se-ão as emissões de outorga, e pergunta também se será dado  
126 prazo para adequações e se existe uma demanda esperada decorrente deste novo critério. O  
127 Presidente da reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio Ahnert diz que haverá mais trabalho para  
128 a AGERH, mas que atualmente a autarquia está com uma melhor capacidade operacional,  
129 principalmente para as outorgas de irrigação, as quais estão mais rápidas, os requerimentos estão  
130 feitos de forma online, com automatização parcial do processo, e que a partir da decisão de hoje, a  
131 AGERH terá que trabalhar com um novo planejamento, revendo seus procedimentos. Em seguida, ele  
132 passa a palavra para a Sr.<sup>a</sup> Silvia Soares, Gerente de Regulação da AGERH, a qual explica como  
133 atualmente funciona o procedimento de outorga e a capacidade de resposta da AGERH, desde o  
134 requerimento até a sua emissão e validade, tanto para os usos de irrigação como demais usos. Ela  
135 ainda diz que o processo está em constante evolução, com um novo estudo de regionalização em  
136 andamento e quase pronto, realizado pelo PIRH, com tratativas em conjunto AGERH, IGAM e ANA,  
137 em busca de caminhos diferenciados para a região do Santa Maria do Doce e também do Doce como  
138 um todo, e complementa dizendo que o pequeno requerente, que já era uso insignificante, recebe  
139 essa declaração de uso a partir de quando faz o cadastro. O Sr. Kleilson Rezende/ FOSEMAG diz que  
140 é necessário que a AGERH aumente a equipe técnica para a análise dos processos, uma vez que  
141 haverá muitos processos, como também incrementar a parte técnica de fiscalização, e cita como  
142 justificativa a experiência que ele teve nas idas a campo na época dos Acordos de Cooperação - ACC's,  
143 para poder conseguir manter o abastecimento dos municípios na época da seca, em que eles faziam  
144 os levantamentos das captações, e muitas delas estavam sem outorga ou cadastro, o que  
145 comprometia a vazão do rio, bem como os empreendimentos que já têm outorga, pois na região do  
146 CBH Itaúnas existem grandes usuários com outorgas de muito tempo, as quais ficam com seus  
147 empreendimentos comprometidos pelos usuários que não estão no sistema, pois os pequenos  
148 usuários só buscam suas outorgas quando precisam do documento para financiamento ou outra  
149 finalidade, e exemplifica com uma situação ocorrida no município de Pedro Canário,  
150 complementando que a bacia dele é uma das mais conflituosas do estado e que tem muitos casos  
151 como o relatado, de usuários fora do sistema, comprometendo as vazões outorgadas. O Sr. Jorge  
152 Guerrero/ EDP- ES questiona sobre a situação do cliente irrigante ao pedir ligação em uma  
153 distribuidora, se pode apresentar o documento online quando não for o documento definitivo de  
154 outorga, e também se não será problema o procedimento não estar totalmente automatizado, uma  
155 vez que o cliente é muito ansioso, e argumenta que a quantidade de pedidos de ligação depende do  
156 órgão ambiental, afirmando que ele quer estar preparado para esse possível aumento de demanda.  
157 O Presidente da reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio Ahnert responde que a partir da decisão  
158 de hoje, caso aprovada a deliberação, a AGERH iniciará um processo de planejamento com um prazo  
159 para essa adequação, ou seja, um período de transição, e que ele realmente acredita que o setor  
160 elétrico ficará visado em relação a quem precisa de financiamento bancário, então, para isso, ele diz  
161 que este documento já atende e tem base legal para isso, mas que de qualquer forma ele nota que  
162 seja interessante fazer uma aproximação com ambos os setores, elétrico e bancário, a fim de  
163 conhecer o tamanho da demanda para assimilá-la. O servidor da AGERH Antonio de Oliveira Junior  
164 diz que este questionamento do representante da EDP-ES é muito importante, porque a AGERH  
165 rodou um projeto de cadastramento dentro desta bacia entre 2017 e 2020, e foi feita uma provocação  
166 às agências de crédito quando constataram que, para o balanço hídrico, existiam sub bacias com  
167 demandas hídricas batendo a vazão média, bem além da vazão de referência, então as instituições  
168 de crédito à época foram questionadas sobre qual o critério para a liberação de crédito, e uma das

169 perguntas que ficou no ar foi como o setor elétrico atua dentro dessa região hidrográfica, como  
170 funciona o crédito da energia verde e como elas ligam novos relógios, considerando que  
171 provavelmente um novo relógio na área rural irá se dar em torno de um perímetro irrigável ou algo  
172 associado, pelo menos no Santa Maria do Doce, e esta preocupação é muito importante para essa  
173 bacia e para outras do estado. O representante do CBH Sta. M<sup>ª</sup> Doce, Sr. José Carlos Loss Junior diz  
174 que o pensamento do CBH não é limitar nenhum produtor ao trabalho, mas é preciso conhecer  
175 primeiro a situação hídrica da bacia, para que tenha base de informações para se tomar decisões,  
176 pois está claro que não cabe mais expansão de área irrigada nessa bacia, e complementa dizendo que  
177 a partir desta informação gerada, se poderá mudar o conceito de desenvolvimento da região, para  
178 melhorar a produtividade, a agroindustrialização, aumentar valor agregado, ou seja, outras  
179 alternativas de geração de renda e trabalho, não se limitando ao que acontece com aumento de  
180 expansão de área irrigada, com baixíssima produtividade, com risco de falta de água, e que este ponto  
181 de partida será fundamental para que se comece a ter esta base para trabalhar. O Presidente da  
182 reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio Ahnert corrobora comentando sobre a importância de  
183 se aliar novas tecnologias de irrigação, bem como técnicas de manejo adequadas, e que esse trabalho  
184 está sendo buscado junto ao setor da agricultura pra induzir a este processo, pois a adoção de  
185 tecnologias mais econômicas é quase que um imperativo no cenário atual. O Sr. Kleilson Rezende/  
186 FOSEMAG explana e exemplifica sua preocupação com a velocidade deste novo processo de  
187 regularização, sob o risco de que quando se termine a análise, já existam outros usuários inseridos na  
188 bacia, que comprometam o balanço hídrico e as outorgas daqueles que primeiramente a requereram,  
189 uma vez que aquela vazão disponível talvez já não tenha a capacidade para atender a este novo  
190 usuário, prejudicando quem já está no fluxo, daí ele vê a necessidade de celeridade desta análise,  
191 aumentando a equipe e melhorando as tecnologias voltadas para o tempo de análise. O Presidente  
192 da reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio Ahnert concorda com ele, dizendo que a AGERH  
193 conseguiu aumentar a equipe de análise, mas que é realista e reconhece que a equipe ainda é  
194 pequena para a quantidade de demanda existente, e explana que o que está sendo feito é utilizar  
195 ferramentas um pouco mais tecnológicas e procedimentos mais inteligentes para tirar este “gap”,  
196 tornando o processo cada vez mais ágil. Além disso, ele diz também que uma importante ação a ser  
197 intensificada é o monitoramento por amostragem, ou seja, fiscalizações e trabalho conjunto com o  
198 setor com a agricultura – SEAG, IDAF e INCAPER, por conta da capilaridade dessas instituições no  
199 estado, e também trabalhar em parceria com as federações e os sindicatos rurais, para que fique  
200 claro que o órgão gestor está tentando criar uma condição de equilíbrio para que os usuários possam  
201 ter acesso à água ali naquela região onde a situação está muito ruim, e que a outorga sozinha também  
202 não vai fazer nenhum milagre, ou seja, o que se irá conseguir com esse trabalho é aprimorar mais o  
203 controle e as informações da relação que se tem entre disponibilidade e demanda, mas que é preciso  
204 desenvolver outras ações em paralelo, tais como tecnificar mais a agricultura, utilizar equipamentos  
205 mais econômicos e trabalhar intervenções físicas em bacias, como por exemplo, na construção de  
206 barragens bem projetadas e tecnicamente bem localizadas, para que se consiga amenizar e melhorar  
207 a relação disponibilidade x demanda. Então ele complementa que o ponto aqui é desafiador sim, mas  
208 que é uma tomada de decisão, então se o CBH parte para esta decisão junto ao CERH, o que a AGERH  
209 vai fazer enquanto órgão gestor é tentar se adaptar para seguir essa nova regra. A Sr.<sup>ª</sup> Maria Helena  
210 Alves/ABES acha importante colocar que a legislação de recursos hídricos é muito recente e que, na  
211 verdade, todos estão em processo de amadurecimento, aprendendo, e então ela opina que o  
212 processo de submissão do CBH Santa Maria do Doce é fantástico, pois mostra que eles estão  
213 discutindo um assunto muito importante, que trata da sobrevivência de todos, e que chegaram à  
214 conclusão de que não adianta ter um documento na mão - a outorga - que não exprime a realidade,  
215 e que em situação de escassez hídrica haverá o mesmo problema de outrora, uma profunda crise  
216 hídrica. Diz ainda que é bem complexo distribuir cota de água para as pessoas, mas que é importante  
217 este processo do Santa Maria do Doce e, que se der certo, poderá ser utilizado por outros CBHs que  
218 passam por situação semelhante. Ela finaliza dizendo que todos os membros do SIGERH-ES estão  
219 também aprendendo com este processo, e parabeniza o CBH pela iniciativa. O Sr. Jorge Guerrero/  
220 EDP- ES diz que é louvável a iniciativa do CBH Santa Maria do Doce, mas que pelo que ele ouviu na  
221 reunião em relação à necessidade de haver uma estrutura para absorver a demanda, ele acha que

222 seria melhor estar já preparado, pois a agricultura contribui para o desenvolvimento do estado, e  
223 questiona sobre a responsabilidade do Conselho decidir por algo que ainda não está dotado por  
224 estrutura compatível para fornecer este atendimento, e conclama para adotar esta medida de uma  
225 forma ponderada, sugerindo que seja proposto para um tempo futuro, para que até lá seja feito um  
226 alinhamento com as pessoas da região circunvizinha ao rio, ou seja, ele tem a preocupação de que  
227 uma decisão positiva do CERH possa causar um mal-estar para toda a região, e que a expressa para  
228 não ser omissa, e manifesta novamente a opinião de que o processo esteja estruturado e adequado  
229 para depois aprovar essa deliberação. O Presidente da reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio  
230 Ahnert comenta que essa opinião do Conselheiro ajuda a AGERH no sentido de que a adoção, na  
231 prática, do que se pretende agora com essa deliberação exigirá um esforço muito grande da AGERH,  
232 a qual ainda não possui essa estrutura demandada. Ele diz que a fundamentação técnica está bem  
233 consistente, mas que se trata de uma questão de capacidade operacional, e pergunta se é possível  
234 formular uma proposta para primeiramente se exercitar um planejamento operacional antecipado  
235 para medir essa capacidade. O Sr. Weber Alves da Rocha/ ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA FORÇA VERDE diz  
236 que vê um esforço enorme para se entender a necessidade de ter água para a agricultura e ter que  
237 regularizar os usos, e questiona se estão fazendo alguma coisa além para reter essa água, como caixas  
238 secas, ou para se melhorar as tecnologias de irrigação, e se algumas medidas não poderiam vir em  
239 condicionantes de outorga, como melhorar as performances para irrigação ou retenção de água, em  
240 algum espaço da propriedade do agricultor, por exemplo, construindo um reservatório, para que ele  
241 tenha como reter água durante algum período e na seca. O Presidente da reunião e representante da  
242 SEAMA Sr. Fabio Ahnert diz que o assunto é muito importante e que já há alguns programas  
243 municipais e em nível estadual nessa direção, como o Probacias, que tem o objetivo de viabilizar um  
244 esforço de conservação de solo, e o Reflorestar, que tenta induzir um processo de reflorestamento  
245 na propriedade, mas que para colocar esse tipo de medida como condicionante da outorga é preciso  
246 avaliar aspectos técnicos e jurídicos. Em relação à preocupação manifestada pelo representante da  
247 EDP-ES, a Gerente de Regulação da AGERH diz que existe o projeto Água na Medida, voltado à  
248 agricultura familiar, e que busca auxiliar esses pequenos produtores na solução para um uso racional  
249 da água na agricultura, que o projeto está sendo desenvolvido em Nova Venécia e em Laranja da  
250 Terra, em locais onde pequeno produtor precisa de mais suporte para fazer um melhor manejo. Ela  
251 ainda afirma que, em relação à questão da preocupação em como operacionalizar isso pela AGERH,  
252 isso foi discutido na CTER, e foi uma preocupação de como seria feito este tipo de acompanhamento  
253 e monitoramento e diz que estariam buscando, até mediante a CT, relatórios mais periódicos da  
254 AGERH com relação a essa bacia. Então, ela esclarece que o próprio CERH quer acompanhar e a CTER  
255 já sinalizou este acompanhamento a ser feito junto ao Comitê, pois é algo inovador e necessário em  
256 função de demanda x disponibilidade. O Sr. José Carlos Loss Junior, representante do CBH Sta. M<sup>a</sup>  
257 Doce reforça que o objetivo do CBH é tornar todos os usos significantes para conhecer a realidade e  
258 tomar a decisão, que eles conhecem as dificuldades e limitações do órgão gestor e do sistema, mas o  
259 precisam conhecer a situação da bacia, e este é ponto principal, e o segundo ponto é colocar para o  
260 CERH a necessidade de implementação dos instrumentos de gestão nas bacias. O Presidente da  
261 reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio Ahnert diz que a preocupação é com a capacidade  
262 operacional da AGERH, para que depois a medida tomada não seja ruim ao invés de benéfica, e sugere  
263 realizarem um exercício de planejamento prévio para avaliar este novo critério de outorga no CBH e  
264 tentar medir um pouco a capacidade operacional da AGERH, e que isso pode ser feito utilizando o  
265 CAR e o recorte das propriedades rurais, e que ele acredita que o setor elétrico também tenha  
266 informações importantes, para se conhecer a nuvem de usuários e suas características, quantos estão  
267 regularizados e quantos ainda precisam entrar no sistema, e solicita a Gerente de Regulação da  
268 AGERH para refletir sobre isso, a fim de verificar como poderá atender a essa demanda em um tempo  
269 adequado, evitando uma pressão grande na AGERH e até no CBH. O Sr. André Sefione / CESAN diz  
270 que entende e acha pertinente a colocação do Conselheiro que representa a EDP-ES, sobre o que o  
271 CERH está aprovando e como isso irá impactar a bacia, e que isso precisa ser lembrado, de que as  
272 decisões do CERH podem fazer muita diferença na vida das pessoas, mas ele deseja fazer colocações,  
273 que ele entende que em relação ao financiamento bancário ou energia, ele deseja saber se isso  
274 realmente causará algum impacto, uma vez que os bancos eventualmente ou na maioria dos casos



275 aceita a solicitação de outorga como um documento para o financiamento bancário, e que não sabe  
276 se a concessionária exige outorga pra fornecer energia, mas que ele não vê problemas, sobre decidir,  
277 aliás, referendar o CBH. Ele diz que a segunda coisa é que o CBH tem a sua soberania, e ele entende  
278 que estão discutindo esse assunto no CERH pois existe uma normativa estadual que diz que até que  
279 os comitês não determinem o que é insignificante ou não, vale essa normativa, porque se fosse outro  
280 assunto afeito ao comitê que não tivesse reflexo na legislação estadual, eles não estariam discutindo,  
281 e que, por último, ele novamente vai colocar que tudo isso demonstra a necessidade de se fortalecer  
282 a AGERH. O Conselheiro Thiago Luiz Orletti /ASSIPES diz que é necessário se pensar em uma solução  
283 que atenda quem já está outorgado e quem está entrando com essa outorga agora, pois o que está  
284 entrando agora pode impactar aquele que já está lá outorgado, então é preciso pensar sobre o que  
285 será feito em relação a isso, já que o levantamento de dados é importante para a bacia assim como  
286 é também para a AGERH. O servidor da AGERH Sr. Antonio de Oliveira Junior, do ponto de vista de  
287 contextualização, para tranquilizar os Conselheiros, diz que existe hoje um cadastro de dispensa com  
288 cinquenta e nove usos declarados e no Santa Maria do Doce trinta e cinco usos declarados e que em  
289 2019 houve uma corrida para o recadastramento, tendo em vista o relógio verde, a qual se deu  
290 primeiramente dentro do Sta. Maria do Doce, e que houve uma preocupação muito grande das  
291 concessionárias, pois elas já exigiam a outorga, e o documento que a AGERH hoje emite para a  
292 regularização dos usuários passa por um balanço hídrico individual, a pré-análise, que juntamente  
293 com a comunicação com o usuário, são muito mais expeditas do que antes e, apesar do desafio da  
294 outorga ser bem grande, que passará por um rigor maior, já houve momentos mais críticos. A Sr.ª  
295 Silvia Soares, Gerente de Regulação da AGERH, diz que a AGERH já tem um procedimento que tem  
296 funcionado e é com base nisso que acredita que o impacto será mais no ajuste posterior do método  
297 de outorga, uma vez que alguns CBHS já deliberaram sobre seus usos insignificantes por métodos  
298 diferentes do que os previstos na resolução geral do CERH, e uma vez que essas regras já foram  
299 alteradas para outros CBHS, a AGERH tem dado a mesma orientação para o Sta. Maria do Doce, e  
300 explica como tem sido realizado o procedimento de outorga na autarquia e também o tempo de  
301 resposta aos usuários. Ela diz ainda que a maior preocupação é a de fiscalização e de incentivo ao  
302 pedido de outorga da parte dos requerentes, o qual será feito em conjunto com o CBH. Ela comenta  
303 que será uma experiência nova, de atuação conjunta com o CBH, com o acompanhamento do CERH,  
304 e que foi nesta perspectiva que a CTER deliberou, e reitera que é uma regra que o CBH decidiu e tem  
305 o fundamento técnico subsidiado pela própria AGERH com a leitura dos dados a ser concebida, e a  
306 AGERH entendeu que é uma experiência que é preciso ser vivenciada, sem contudo se constituir em  
307 um peso para o pequeno usuário, pois a declaração de uso vale como outorga durante três anos,  
308 então não é necessária a preocupação nem para o ente financiador, nem para o de energia e que,  
309 apesar da equipe ser pequena, já tem tido esse tipo de procedimento rodando em outros Comitês e  
310 a resposta tem sido positiva. O Presidente da reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio Ahnert diz  
311 que entende que até o momento a AGERH possui a capacidade operacional para dar conta da atual  
312 demanda, mas sugere transferir essa deliberação para a próxima pauta, que ainda irá acontecer este  
313 ano, para que a autarquia possa se aprofundar um pouco mais neste processo de planejamento e  
314 melhoria na capacidade operacional de resposta. A Sr.ª Silvia Soares, Gerente de Regulação da AGERH  
315 esclarece que já existe uma deliberação pelo CBH e que no entendimento que ela colocou, ela  
316 acredita que valha a pena seguir o que foi deliberado pelo CBH, e em reunião, a CT entendeu dessa  
317 forma e solicitou esse acompanhamento e monitoramento, que todos sabem que é um desafio, e  
318 dentro da CTER o monitoramento será feito e trazido para o CERH, e então se avalia o novo  
319 procedimento e leva para o CBH avaliar se o mantém ou não. Após várias discussões e contribuições,  
320 o Presidente da reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio Ahnert consulta os Conselheiros sobre  
321 o processo de votação, se são favoráveis à aprovação da Deliberação, a qual é aprovada pela maioria  
322 dos presentes, sendo que 05 instituições se abstiveram (EDP-ES, FECOMÉRCIO, ASSIPES, CBH  
323 ITAÚNAS, FOSEMAG) e passa para o próximo ponto de pauta.

324 **PONTO IV - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA SOLICITAÇÃO CONTIDA NO OFÍCIO/AGERH/DP/Nº**  
325 **41/2022, QUANTO A DILATAÇÃO DO PRAZO PARA PUBLICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA**  
326 **REFERENTE AOS PROCEDIMENTOS PARA REGULARIZAÇÃO DOS USOS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA.**  
327 **PROCESSO E-DOCS 2022-CKSZ8 - REQUERENTE: AGERH;**



328 O Presidente da reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio Ahnert abre o tema, fornecendo breve  
329 apresentação e alguns esclarecimentos à plenária e passa a palavra à Sr.ª Silvia Soares, Gerente de  
330 Regulação da AGERH, a qual esclarece que a AGERH tinha cento e oitenta dias a partir da publicação  
331 da Resolução do CERH para gerar as ferramentas e instrumentos para entrada dos processos online  
332 e para publicar a IN de águas subterrâneas, e como o processo de água subterrânea é algo novo, a  
333 equipe técnica tem sido orientada para que não se gere passivos de processos tal como existem os  
334 de águas superficiais, ou seja, já entrar com esses dados via requerimento online, de modo que é  
335 preciso ter esta ferramenta pronta para que os dados entrem no banco de dados. Ela ainda diz que a  
336 AGERH tem trabalhado com equipe reduzida nesse tempo e que o núcleo de TI e de Geomática é bem  
337 pequeno também, diz que já foi gerada parte da solução, mas pleiteia um pouco mais de tempo para  
338 gerar a solução completa, e que desta forma ela solicita está extensão de prazo de mais até cento e  
339 oitenta dias para ter maior possibilidade de terminar a estruturação e finalizar o trabalho. André  
340 Rosas/ FECOMÉRCIO questiona sobre o tempo de solicitação, se não seria melhor colocar um prazo  
341 maior do que cento e oitenta dias, uma vez que foi pleiteado no mínimo esse prazo e pode ser que  
342 ao findá-lo, o serviço ainda não esteja concluído. A Sr.ª Silvia Soares, Gerente de Regulação da AGERH,  
343 comenta que realmente a equipe está muito pequena para dar conta dessa demanda, que existe um  
344 acordo de cooperação com FINDES e SENAI, os quais podem ajudar nesta tarefa e foi a FINDES que  
345 propôs o acordo e está trazendo mais mãos pra ajudar a equipe, mas de toda forma, ela acha  
346 importante o prazo ser maior do que os cento e oitenta dias. O Presidente da reunião e representante  
347 da SEAMA Sr. Fabio Ahnert sugere que o prazo seja de doze meses a partir da publicação e que a  
348 AGERH irá se esforçar para que a ferramenta fique pronta antes deste prazo, e esclarece que a  
349 Resolução está em vigor e que será editada conforme o que for aprovado em plenária. A Sr.ª Silvia  
350 Soares, Gerente de Regulação da AGERH esclarece que o cadastro de águas subterrâneas segue  
351 vigente, mas a AGERH está trabalhando para implantar a outorga, diz que já houve consulta pública  
352 e que a instrução normativa está pronta para ser publicada, ou seja, tudo está encaminhado, mas  
353 precisa da ferramenta de entrada finalizada, a qual está sendo desenvolvida e, para isso, precisa do  
354 prazo solicitado. Ela ainda esclarece que haverá capacitação nos municípios sobre o assunto, bem  
355 como outros esclarecimentos relacionados ao instrumento de outorga. Em seguida, o Presidente da  
356 reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio Ahnert apresenta a proposta de votação para deliberar  
357 sobre o pedido da AGERH para alteração da data da Resolução CERH para doze meses, e os  
358 Conselheiros aprovam a proposta por unanimidade. Em seguida passa-se para o próximo ponto de  
359 pauta.

360 **PONTO V - APRESENTAÇÃO REFERENTE AOS PROJETOS APROVADOS PELO CONSELHO GESTOR –**  
361 **FUNDÁGUA PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS DA SUBCONTA DE RECURSOS HÍDRICOS. PROCESSO E-**  
362 **DOCS 2021-99BQB. REQUERENTE: ONG JUNTOS SOS ES AMBIENTAL;**

363 O Presidente da reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio Ahnert abre o tema, fornecendo breve  
364 apresentação e passa a palavra para a Servidora da SEAMA e Secretária Executiva do Fundágua, a Sr.ª  
365 Aline Garcia, a qual faz uma apresentação do andamento dos projetos aprovados pelo Conselho  
366 Gestor do Fundágua, focando na subconta de recursos hídricos (em anexo), explicando como é feita  
367 toda a tramitação e os critérios para aprovação de um projeto pelo Conselho Gestor do Fundágua. O  
368 Presidente da reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio Ahnert agradece a apresentação e passa  
369 a palavra para o Sr. André Sefione/CESAN, que pergunta de que forma essas apresentações ficam  
370 acessíveis e à disposição dos Conselheiros. A Secretária Executiva Sr.ª Cintia Laures esclarece que  
371 quando as apresentações são disponibilizadas para a Secretaria Executiva pelos convidados  
372 previamente, ela encaminha junto com a convocação da reunião, e quando são encaminhadas depois,  
373 elas são encaminhadas juntamente com as deliberações constantes da ata na convocação da reunião  
374 seguinte. Em seguida, passa-se para o próximo ponto de pauta.

375 **PONTO VI - ASSUNTOS GERAIS;**

376 O Presidente da reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio Ahnert abre o tema e passa a palavra  
377 para a Secretária Executiva Sr.ª Cintia Laures, que faz a apresentação dos encaminhamentos dos  
378 requerimentos e assuntos que estão tramitando dentre da Secretaria Executiva do CERH (em anexo).  
379 Em seguida passa-se para o próximo ponto de pauta.



Protocolo/Processo	Instituição	Ofício	Assunto	Status
2021-3BDBF	ONG JUNTOS SOS ES AMBIENTAL		Moção de Repudio da Juntos SOS ES Ambiental, vem registrar o seu repudio aos Gestores da CESAN pelo descumprimento da Governança Corporativa & Código de Conduta e Integridade, da Gestão Ambiental problema operacional na Estação Elevatória da ilha do boi que resultou em crime ambiental continuado por 15 dias poluído o mar que circula a ilha - APA da baía da Tartarugas por esgoto IN NATURA	Encaminhado por E-DOCS ao IEMA em 31/03/2022
2021-99BQB	ONG JUNTOS SOS ES AMBIENTAL		Solicita apresentação pelo Presidente ou membros da Secretaria Executiva do FUNDAGUA na prestação de esclarecimentos sobre Deliberação e Projetos aprovados pelo Conselho Gestor - FUNDAGUA para aplicação de recursos da subconta de Recursos Hídricos.	FINALIZADO Pautado 2ª Reunião Extraordinária CERH em 28/09/2022
2021-3JZGK	CBH BENEVENTE		Encaminha a Deliberação n.º 01/2021, encaminha a prorrogação do mandado da plenária, diretoria e demais instâncias do Comitê da bacia Hidrográfica do Rio Benevente	Encaminhado por E-DOCS a AGERH em 23/02/2022
2021-58P36	ONG JUNTOS SOS ES AMBIENTAL		Solicitação de Informações, conforme a Lei 12.527/2011, ao IEMA e AGERH, referente ao Saneamento Básico - Tratamento de Esgoto dos Presídios Capixabas.	Encaminhado por E-DOCS a AGERH em 07/2020
2021-0Z306	CBH - SANTA MARIA DO RIO DOCE	OF. C.B.H.S.M. D. 02/2021	Encaminhamento da DELIBERAÇÃO Nº 01 DE MARÇO DE 2020 - Estabelece que todas as derivações, captações de recursos hídricos superficiais, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, são usos considerados significantes na Bacia do Rio Santa Maria do Doce e dá outras providências.	FINALIZADO Pautado 2ª Reunião Extraordinária CERH em 28/09/2022
2021-JDWL4	ONG SINHÁ LAURINHA		Solicitação de definição de pauta para realização de reunião extraordinária do CERH, conforme foi explicitado na 1ª reunião extraordinária, dia 27/04/2021, referente a Plano Estadual de Recursos Hídricos, entre outros.	Será pautado na Reunião CERH em 29/11/2022

2021-9JMKJ	ONG JUNTOS SOS ES AMBIENTAL	E-mail	Convocar AGERH para apresentar no CERH resultados no monitoramento em fiscalização de 2021 para outorga concedidos ETES ES.	Encaminhado por E-DOCS a AGERH em 07/2021 para complementação da apresentação conforme solicitado pelo requerente.
00040/2020 Formalizado processo 88294315	CBH SANTA MARIA DA VITORIA	017/2019	DELIBERAÇÃO N° 008/2017 do CBH - Santa Maria da Vitoria - minuta de decreto que substitui o Decreto 1934 - R e dá outras providencias.	Encaminhado a AGERH em 07/2020 - AGERH/SIGERH
016784/2019 ENCAMINHAMENTO E-DOCS 2021-L633ML	ASSOCIAÇÃO CANARIO DA SENZALA/ CBH RIO ITAUNAS	E-MAIL JUNTOS SOS ES AMBIENTAL	Requer inclusão na pauta do CERH debates sobre os processos de terceirização dos serviços de saneamento municipal do estado e dentre os processos a base da minuta apresentada para a população de Pedro Canário ES.	Coordenação Jurídica
005798/19 06199/2019 015399/19 Formalizado processo 85511846	ONG SINLHA LAURINHA		Proposta de alteração regimento interno do CERH. Solicitando adequação dos regimentos internos do CONSEMA e CERH frente a regulamentação da realização de reuniões conjuntas dos conselhos e câmaras técnicas Solicita revisão geral do REGIMENTO INTERNO DO CERH	Coordenação Jurídica
16132/2019 Formalizado processo 88019675	ONG SINHA LAURINHA		Encaminha reportagem do Jornal A GAZETA referente ao Programa Estadual de Construção de Barragens e solicita esclarecimentos.	SEAG/ Gerência de Estruturas Rurais em 03/2021
83608150	ONG JUNTOS		Minuta de Resolução que visa assegurar ao CERH o pleno conhecimento e acompanhamento dos Processos de concessão de outorgas pelo Órgão Gestor Estadual -AGERH	Encaminhado por SEP a AGERH em 10/2020

380 **PONTO VII - ENCERRAMENTO;**

381 O Presidente da Reunião e representante da SEAMA Sr. Fabio Ahnert, diz que não havendo mais  
382 assuntos a serem discutidos, faz um agradecimento a todos pela presença e encerra a reunião.

383

384

385

386

387

388

389

Vitória/ES, em 28/09/2022.

**ELIAS ALBERTO MORGAN**  
Presidente do CERH

(Respondendo - Decreto nº 1644-S de 16.09.2022)